



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

OF. 095/2022/CIDESAT - Retificado

São José dos Quatro Marcos- MT, 19 de MAIO de 2022.

À

COPEMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 13.160.566/0001-22

Avenida Gov. Júlio Campos, 4439 – B. Marajoara

VÁRZEA GRANDE-MT

Assunto: **Solicita Aceite a Adesão na Ata de Registro de Preços nº 001/2022
Pregão Eletrônico nº 14/2021/SEDEC-MT**

Prezado Senhor

Cumprimentando-os, servimos do presente para manifestar nosso interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 001/2022 originada do Pregão Eletrônico nº 14/2021/SEDEC-MT da Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico / MT que tem como objeto a aquisição de equipamentos.

Considerando que Vossa empresa foi vencedora do LOTE 03 – Escavadeira Hidráulica a baixo especificado ao qual temos interesse, solicitamos vossa manifestação quanto ao aceite para fornecimento do item na quantidade especificada a seguir:

Item	Descrição	Qtde	Unid.	Marca	V. Unit.	V. Total
01	LOTE 03 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA, sobre esteiras, com cabine fechada e ar condicionado, motor diesel, potência mínima de 150 HP ou unidade equivalente, capacidade volumétrica da caçamba mínima de 1,00 m³, peso operacional mínimo de 20.000 kg. Tanque de combustível cheio no momento da entrega. Adesivamento institucional do órgão conforme instruções de padronização visual. Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica garantida.	1	UN	SANY STG SY215C	668.957,08	668.957,08
TOTAL SOLICITAÇÃO DE ADESAO						668.957,08

Como no Valor ofertado, registrado, estão inclusos todas as despesas, inclusive impostos e taxas, e, considerando que o Consórcio é beneficiário da Lei Estadual 8.700/2007 com a isenção do valor relativo ao ICMS nas aquisições internas de máquinas e equipamentos rodoviários, SOLICITAMOS que na proposta seja considerado o desconto do ICMS nos termos do Regulamento do ICMS em anexo.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIABAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

Assim, em havendo Vossa anuência e aceite encaminharemos à Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico / MT a devida solicitação de autorização.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos protestos de estima e consideração ao mesmo tempo em que agradecemos pelo Vosso pronto atendimento.

Atenciosamente,

DARIU ANTONIO CARNIEL
Secretário Executivo - 65 99973-5078



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

ANEXO OFÍCIO 095/2022

REGULAMENTO ICMS SEFAZ

<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf>

<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf/cc90333e16d28a8c0425736e0076800a/d71cbce7d39c06b304256f0f006ec052?OpenDocument>

ANEXO VII - ISENÇÕES

(isenções a que se refere o **artigo 5º-C** deste Regulamento)

(Criado pelo Art. 9º do Decreto nº 3.803/04)

Art. 117 Saídas internas de máquinas, equipamentos rodoviários e peças, destinados aos **consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico e sócioambiental**, devidamente constituídos no Estado de Mato Grosso. (*Lei nº 8.700, de 9 de agosto de 2007 – DOE de 09.08.2007 – efeitos a partir de 09/08/2007*)

§ 1º O benefício previsto no *caput* deste artigo será concedido aos consórcios intermunicipais de desenvolvimento socioambiental, desde que atendidas as seguintes condições:

I – deverá ser transferido ao adquirente, mediante abatimento no seu preço, demonstrado na Nota Fiscal que acobertar a operação;

II – as aquisições deverão ser precedidas de Pregão Eletrônico e/ou Registro de Preços;

III – somente se aplica em relação ao revendedor e ao adquirente que não tiverem débitos para com a Fazenda Pública deste Estado, comprovado mediante obtenção de Certidão Negativa de Débitos Fiscais – CND – com a finalidade 'Certidão referente ao ICMS/IPVA para fins gerais', em nome de ambos.

§ 2º Em substituição à CND exigida no parágrafo anterior, poderá ser obtida a 'Certidão Positiva com Efeitos de Certidão Negativa de Débitos Fiscais – CPND', igualmente obtida por processamento eletrônico de dados, também com a finalidade 'Certidão referente ao ICMS/IPVA para fins gerais'.

§ 3º O estabelecimento que efetuar a operação isenta, além das demais obrigações previstas na legislação tributária, deverá fazer constar no documento fiscal de venda do bem ou mercadoria:

I o número de inscrição do adquirente no CNPJ;

II – o valor correspondente ao imposto não recolhido;

III – o número da CND-e, expedida eletronicamente pela Secretaria de Estado de Fazenda, pertinente ao revendedor;

IV – o número da CND-e, expedida eletronicamente pela Secretaria de Estado de Fazenda, pertinente ao adquirente;

V – a anotação de que a operação é isenta de ICMS nos termos da Lei nº 8.700/2007.

§ 4º Os documentos previstos nos parágrafos anteriores serão mantidos em poder do revendedor, para exibição ao fisco quando solicitado.

§ 5º (revogado) Decreto nº 856/2011

§ 6º A inobservância do disposto nos parágrafos anteriores acarretará à empresa beneficiária a obrigação do recolhimento do imposto com os acréscimos legais, calculados desde a data da saída dos bens ou das mercadorias.

Nota: 1. Vigência por prazo indeterminado.